

***Empresa de Transmissão  
do Alto Uruguai S.A.***

*CNPJ nº 05.063.249/0001-60*

*Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Referentes ao Exercício Findo em 31 de  
Dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores  
Independentes sobre as Demonstrações  
Contábeis Regulatórias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

### **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

## Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## Outros assuntos

### *Demonstrações financeiras societárias*

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de fevereiro de 2016.

### *Informações Comparativas - Valores Correspondentes*

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós, nem por outros auditores independentes.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

  
Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC 1 RJ 093.376/O-3

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(Não auditado)</u>
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.280	4.859
Títulos e valores mobiliários	5	5.253	-
Clientes	7	3.586	4.344
Impostos e contribuições sociais		143	61
Outras contas a receber	10	375	974
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>12.637</b>	<b>10.238</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Títulos e valores mobiliários	5	112	-
Depósitos vinculados e outros investimentos	6	3.440	3.103
Depósitos judiciais		371	466
Clientes	7	245	199
Outras contas a receber	10	70	76
Imobilizado	8	87.388	89.542
Intangível	8	1.682	857
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>93.308</b>	<b>94.243</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>105.945</b>	<b>104.481</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		562	167
Empréstimos e financiamentos	12	7.965	7.286
Debêntures	12	104	83
Impostos e contribuições sociais		3.458	447
Taxas regulamentares	13	895	1.365
Dividendos a pagar	18	937	141
Outras contas a pagar	10	1.816	1.853
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>15.737</b>	<b>11.342</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	12	8.556	15.004
Debêntures	12	9.952	9.938
Outras contas a pagar		2.832	1.598
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>21.340</b>	<b>26.540</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social	16	34.895	34.895
Reserva de lucros	16	34.895	34.895
Dividendos adicionais propostos	16	20.069	14.659
Prejuízos acumulados	16	(20.991)	(17.850)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>68.868</b>	<b>66.599</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>105.945</b>	<b>104.481</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Demonstrações do resultado para os exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2015</b>	<b>2014 (Não auditado)</b>
Disponibilização do sistema de transmissão		33.053	31.211
Parcela variável e outras receitas		4.321	4.259
Receita bruta		<u>37.374</u>	<u>35.470</u>
PIS e COFINS		(1.408)	(1.355)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(1.450)	(1.167)
Tributos e encargos		(2.858)	(2.522)
<b>Receita líquida</b>	<b>22</b>	<b><u>34.516</u></b>	<b><u>32.948</u></b>
Material		(27)	(4)
Serviços de terceiros		(4.064)	(3.425)
Depreciação e amortização		(3.588)	(3.591)
Outros custos operacionais		72	(181)
Custos operacionais		(7.607)	(7.201)
Pessoal e administradores	17	(58)	(7)
Serviços de terceiros		(1.430)	(1.168)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(66)	(128)
Despesas operacionais		(1.554)	(1.303)
<b>Resultado da atividade</b>		<b><u>25.355</u></b>	<b><u>24.444</u></b>
Receitas financeiras		2.063	1.365
Despesas financeiras		(5.205)	(3.019)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	24	(3.142)	(1.654)
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b><u>22.213</u></b>	<b><u>22.790</u></b>
Imposto de renda e Contribuição social correntes	15	(5.088)	(1.782)
<b>Lucro do exercício</b>		<b><u>17.125</u></b>	<b><u>21.008</u></b>
<b>Lucro por ação</b>			
Lucro por ação ordinária - básico (em R\$ mil)	21	<u>0,4908</u>	<u>0,6020</u>
Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$ mil)	21	<u>0,4908</u>	<u>0,6020</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2015</b>	<b>2014 (Não auditado)</b>
<b>Lucro do exercício</b>		<b>17.125</b>	<b>21.008</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>17.125</b>	<b>21.008</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Divid. Adic. Propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Não auditado)</b>		<b>34.895</b>	<b>5.687</b>	<b>36.252</b>	<b>20.817</b>	<b>(24.059)</b>	<b>73.592</b>
Dividendos adicionais aprovados – AGO 17/02/2014		-	-	(7.043)	(20.817)	-	(27.860)
Destinação societária de Reserva Especial		-	-	(740)	740	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	21.008	21.008
Destinações societárias do exercício:							
Reserva legal		-	739	-	-	(739)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(141)	(141)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	13.919	(13.919)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)</b>		<b>34.895</b>	<b>6.426</b>	<b>28.469</b>	<b>14.659</b>	<b>(17.850)</b>	<b>66.599</b>
Aprovação dos dividendos adicionais - AGO 08/04/2015	18	-	-	-	(14.659)	-	(14.659)
Destinação societária de Reserva Especial		-	-	(553)	553	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	17.125	17.125
Destinações societárias do exercício:							
Reserva legal		-	553	-	-	(553)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(197)	(197)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	19.516	(19.516)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	16	<b>34.895</b>	<b>6.979</b>	<b>27.916</b>	<b>20.069</b>	<b>(20.991)</b>	<b>68.868</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014 (Não auditado)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do exercício		17.125	21.008
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		3.588	3.591
Provisão para compensação ambiental		-	30
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	12	3.624	2.709
Juros e variações monetárias sobre debêntures	12	1.401	100
Imposto de renda e contribuição social		5.088	1.782
Provisão de fornecedores		-	293
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (Aumento) em clientes		712	(913)
Redução (Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquidos do passivo		(1.064)	(467)
Redução (aumento) redução no saldo de outros créditos e depósitos judiciais		700	(151)
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		395	(22)
(Redução) aumento no saldo de taxas regulamentares	13	(470)	174
Aumento no saldo de outras contas a pagar		1.196	1.530
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>32.295</b>	<b>29.664</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.094)	(1.235)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>31.201</b>	<b>28.429</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários	5	(5.365)	-
(Aumento) redução no saldo de depósitos vinculados e outros investimentos		(337)	26
Baixas no imobilizado e intangível		(2.259)	(68)
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos</b>		<b>(7.961)</b>	<b>(42)</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos</b>			
Emissão de Debêntures		-	9.921
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(7.568)	(7.040)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(1.825)	(2.201)
Pagamento de debêntures - juros	12	(1.366)	-
Pagamento de dividendos e JCP	18	(14.060)	(28.070)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(24.819)</b>	<b>(27.390)</b>
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.579)</b>	<b>997</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		4.859	3.862
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		3.280	4.859
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.579)</b>	<b>997</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais**

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos à linha de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

**2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2016.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão explicadas na nota explicativa nº 27.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente, de acordo com as cotas detidas pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **2.1. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 20 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

c) Imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos (vide nota explicativa nº 15). Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração entende que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### **2.4. Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia (vide nota explicativa nº 20).

### **3. Principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

#### **3.1 Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 367 de 02 de junho de 2009.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **3.2 Intangível**

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou realização. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, quando aplicável, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

### **3.3 Reconhecimento de receita**

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está de inteira responsabilidade do ONS.

### **3.4. Instrumentos financeiros**

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Capital social - Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

### **3.5. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

Uma provisão é reconhecida em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **3.6. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos e debêntures, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**3.7. Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

**3.8. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas:

Imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita.

Contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) - Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminaria potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, concluiu que a adoção antecipada culminaria na elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e, com isso, decidiu em não optar pela aplicação antecipada no exercício de 2014. A elevação da carga tributária no exercício de 2014 se daria pela mudança introduzida pela referida lei que alterou o art. 15 da Lei nº 9.249/1995 incluindo a alínea e no inciso III do §1º do referido artigo, onde se lê que será aplicado o percentual de 32% para atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contratos de concessão de serviços públicos. Portanto, o percentual de 8% sobre a receita bruta, acrescida das demais receitas, para determinar a base de cálculo da apuração do Lucro Presumido conforme legislação vigente passaria para 32%, caso a Companhia optasse pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 no ano calendário de 2014.

**3.9. Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
Caixa e bancos	2.216	2.132
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	1.064	2.727
	<b>3.280</b>	<b>4.859</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor.

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras mantidas em diversas instituições financeiras, com liquidez imediata, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa da Companhia compreendem Certificados de Depósitos Bancários – CDB pós-fixados e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A Companhia é participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante, concentrando 100% das suas aplicações financeiras através do referido fundo. No exercício de 2015, a rentabilidade média obtida pelo fundo foi de aproximadamente 103,02% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103,60% em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Taesa, um dos acionistas da Companhia, declarou que a liquidez diária das aplicações da Companhia no Fundo Pampulha estava garantida no montante total investido pela Companhia no Fundo Pampulha, sem qualquer risco de perda de principal e juros auferidos.

A partir de 30 de junho de 2015, a Administração da Taesa retirou esta garantia, e desta forma os valores investidos pela Companhia passaram a ser classificados de acordo com a liquidez dos títulos e valores mobiliários, e apresentados de forma segregada nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) de acordo com a natureza e liquidez destes investimentos no Fundo Pampulha.

**5. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, 100% por meio do Fundo Pampulha.

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
CDBs, operações compromissadas e debêntures	1.858	-
Letras financeiras - bancos privados	2.932	-
Títulos públicos	574	-
Outros	1	-
	<b>5.365</b>	<b>-</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>5.253</b>	<b>-</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>112</b>	<b>-</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**6. Depósitos vinculados e outros investimentos**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
Depósitos vinculados e outros investimentos	<b>3.440</b>	<b>3.103</b>

Referem-se basicamente aos depósitos vinculados mantidos pela Companhia para garantia do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

Esses depósitos referem-se a aplicações em CDBs, remunerados a taxas que oscilam de acordo com a variação do CDI e cuja rentabilidade média obtida foi de aproximadamente 96,50% em 31 de dezembro de 2015. Tais investimentos estão mensurados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

**7. Clientes**

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes						Total 2015	Total 2014 (Não auditado)
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.578	-	29	6	19	199	<b>3.831</b>	<b>4.543</b>
<b>Circulante</b>							<b>3.586</b>	<b>4.344</b>
<b>Não circulante</b>							<b>245</b>	<b>199</b>

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$245 (R\$199 em 31 de dezembro de 2014), refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 20.8 – Gestão de Risco de crédito.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**8. Imobilizado e Intangível**

Imobilizado	Valor Bruto em 2014 (Não auditado)	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2015	Adições Líquidas (A)+(C)	Depreciação 2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014 (Não auditado)
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>											
<i>Transmissão</i>											
Terrenos	731	-	-	731	-	-	-	-	-	731	731
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.114	-	-	1.114	-	(430)	-	-	-	684	723
Máquinas e equipamentos	117.627	-	75	117.702	75	(34.821)	(3.852)	578	(3.274)	79.607	83.081
Móveis e utensílios	2	-	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-
	119.474	-	75	119.549	75	(35.253)	(3.852)	578	(3.274)	81.022	84.535
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>											
<i>Transmissão</i>											
Máquinas e equipamentos	1.328	387	(75)	1.640	312	-	-	-	-	1.640	1.328
Outros	3.679	1.047	-	4.726	1.047	-	-	-	-	4.726	3.679
	5.007	1.434	(75)	6.366	1.359	-	-	-	-	6.366	5.007
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>124.481</b>	<b>1.434</b>	<b>-</b>	<b>125.915</b>	<b>1.434</b>	<b>(35.253)</b>	<b>(3.852)</b>	<b>578</b>	<b>(3.274)</b>	<b>87.388</b>	<b>89.542</b>

Intangível	Valor Bruto em 2014 (Não auditado)	Adições (A)	Valor Bruto em 2015	Adições Líquidas (A)	Amortização	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014 (Não auditado)
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>							
<i>Transmissão</i>							
Servidões	604	-	604	-	-	604	604
Softwares	3	-	3	-	(3)	-	-
	607	-	607	-	(3)	604	604
<b>Ativo Intangível em Curso</b>							
Outros - Projetos	253	825	1.078	825	-	1.078	253
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>860</b>	<b>825</b>	<b>1.685</b>	<b>825</b>	<b>(3)</b>	<b>1.682</b>	<b>857</b>

	Taxas anuais médias de depreciação	2015				2014 (Não auditado)
		Valor Bruto	Obrigações Especiais Brutas	Deprec. e amortiz. Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
<i>Transmissão</i>						
Custo histórico	3%	120.156	(3.852)	(34.678)	81.626	85.139
<b>Em curso</b>						
<i>Transmissão</i>						
Custo histórico	n/a	7.444	-	-	7.444	5.260
<b>Total do imobilizado e intangível</b>		<b>127.600</b>	<b>(3.852)</b>	<b>(34.678)</b>	<b>89.070</b>	<b>90.399</b>

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<b>Composição das adições por tipo de gasto capitalizado</b>	<b>Material/ equipamentos</b>	<b>Total</b>
<b>Em Curso</b>		
Terrenos	187	187
Máquinas e equipamentos	387	387
Material em depósito	28	28
Adiantamentos a fornecedores	832	832
Intangível - Projetos	825	825
<b>Total das adições do imobilizado e intangível em curso</b>	<b>2.259</b>	<b>2.259</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**10. Outras contas a receber e a pagar**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
<u>Ativo circulante</u>		
Antecipações de projetos de P&D (a)	185	804
Adiantamento a fornecedores	17	99
Despesas pagas antecipadamente	16	-
Outras contas a receber	157	71
	<b>375</b>	<b>974</b>
<u>Ativo não circulante</u>		
Partes relacionadas (d)	5	11
Outras contas a receber	65	65
	<b>70</b>	<b>76</b>
<u>Passivo circulante</u>		
Compensação ambiental (e)	1.480	1.480
Partes relacionadas (d)	315	357
Outras contas a pagar	21	16
	<b>1.816</b>	<b>1.853</b>
<u>Passivo não circulante</u>		
Rateio de antecipação (b) e parcela de ajuste (c)	<b>2.832</b>	<b>1.598</b>

- (a) Antecipações dos valores aplicados pela Companhia em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo de mesma natureza registrado no grupo de taxas regulamentares nos montantes de R\$761 em 31 de dezembro de 2015 e R\$1.247 em 31 de dezembro de 2014, quando do encerramento dos projetos.
- (b) Gerado pelo déficit ou superávit mensal de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão, são montantes rateados entre todos os agentes de transmissão, na proporção de suas receitas anuais (RAP), os quais são compensados através da parcela de ajuste divulgada pelo ONS a partir do ciclo seguinte. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi adicionado à RAP da Companhia o montante de R\$2.717 (adicionou R\$1.943 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).
- (c) Ajuste entre os valores recebidos e os permitidos no ciclo tarifário anterior, compensado em 12 parcelas mensais iguais no ciclo atual. Pode ser positivo ou negativo, conforme tenha sido o saldo de cada agente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o ONS reduziu a receita da concessionária em R\$1.458 (reduziu R\$284 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram baixados do saldo de parcela de ajuste o valor de R\$25, referentes aos clientes que tiveram suas cobranças suspensas judicialmente, conforme Nota Técnica ANEEL nº 178 de 16 de junho de 2014.
- (d) Vide nota explicativa nº 11.
- (e) Referem-se à provisão das obrigações com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental. Nos exercícios de 2015 e 2014 não houve desembolsos relacionados aos projetos de compensação ambiental.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**11. Partes relacionadas**

I - Resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:

a) Ativos e receitas

<b>Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas</b>						
<b>R E F</b>	<b>Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo</b>	<b>Valor Original</b>	<b>Período de vigência / duração</b>	<b>Taxa de juros cobrada / Atualização monetária</b>	<b>Principais condições de rescisão ou extinção</b>	<b>Garantias e outras informações relevantes</b>
<b>Transações com partes interessadas</b>						
1	Outras contas a receber x Reembolso de custos de Compartilhamento de instalações - STC x ETAU - Partes interessadas	R\$3 Valor mensal	Nov/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não Houve.

<b>R E F</b>	<b>Contratos e outras transações</b>	<b>Ativo</b>		<b>Receitas</b>	
		<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 (Não auditado)</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 (Não auditado)</b>
1	Outras contas a receber x Reembolso de custos de CCI - STC x ETAU -Partes interessadas	5	11	57	98

b) Fundo Pampulha renda fixa

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Grupo, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos seus integrantes conforme detalhado a seguir (vide nota explicativa nº 4).

<b>Tipo Título</b>	<b>Emissor</b>	<b>Data Vencimento</b>	<b>Taxas</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 (Não auditado)</b>	<b>Taxa efetiva de rentabilidade</b>	
						<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 (Não auditado)</b>
<b>Aplicações em fundo de investimento exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)</b>							
Debêntures	AXXIOM	29/01/2017	109% do CDI	53	20	14,51%	11,84%
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	248	-	15,05%	-
Debêntures	CEMIG GT	23/12/2016	CDI + 0,85%	231	89	14,20%	11,75%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2017	CDI + 0,72%	50	19	14,36%	11,61%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	227	-	17,20%	-
NC	Cemig Telecom	14/12/2015	110,4% do CDI	-	9	13,90%	-
Debêntures	Guanhães	20/10/2014	106% do CDI	-	-	-	11,50%
NP	Guanhães	11/10/2014	110% do CDI	-	-	-	12,00%
NC	CEMIG GT	22/06/2015	106,85% do CDI%	-	38	-	11,60%
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	47	18	14,37%	0,66%
Debêntures	Brasnorte	22/06/2016	108% do CDI	13	-	14,37%	-
				<b>869</b>	<b>193</b>		

c) Passivos e despesas

<b>Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas</b>						
<b>R E F</b>	<b>Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo</b>	<b>Valor Original</b>	<b>Período de vigência / duração</b>	<b>Taxa de juros cobrada / Atualização monetária</b>	<b>Principais condições de rescisão ou extinção</b>	<b>Garantias e outras informações relevantes</b>
<b>Transações com os controladores</b>						
1	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x ETAU	R\$49 Valor mensal	Jan/2013 a Jan/2017	Multa de 2% ao mês / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	As partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão.
2	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x ETAU	R\$66 Valor mensal	Jun/2015 a dez/2016	Multa diária de 0,1% / Atualização anual pelo IPCA.	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada	A multa diária de 0,1% por atraso de pagamento, limitada a 10% do valor total do contrato.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
3	Outras contas a pagar x despesa/custo correspondente - Reembolso de despesas Taesa x ETAU (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	A expectativa da Companhia é de que esse valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.
4	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Transmissão de dados - CEEE GT x ETAU	R\$13 Valor mensal	Dez/2014 a Dez/2016 Renovação a cada 2 anos.	Juros de mora de 1% e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer cláusula ou condições do contrato; atraso de pagamento injustificado após 90 dias; inexecução total ou parcial das obrigações da CEEE (contratada).	Além da parcela mensal, no exercício de 2015, foi pago o valor de R\$27 (parcela única). Em 31 de dezembro de 2015 o contrato estava em processo de assinatura.
5	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - CEEE GT x ETAU	R\$135 Valor mensal (não corrigido)	Jun/2010 a Ago/2018 Renovação a cada 4 anos.	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral.
6	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) - CEEE GT x ETAU	R\$10 Valor anual Contratual não corrigido	Abr/2005 até a extinção da concessão de uma das partes	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
7	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - Eletrosul x ETAU	R\$43 Valor mensal contratual não corrigido	Jun/2010 a Jun/2018 Renovação a cada 4 anos	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral.
8	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Comunicação multimídia - Eletrosul x ETAU	R\$5 Valor mensal contratual não corrigido	Dez/2005 a Dez/2020 Renovação a cada 5 anos	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-DI.	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato.	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período.
9	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) - Eletrosul x ETAU	R\$8 Valor anual contratual não corrigido	Out/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	1% ao mês, calculados "pro rata die" / Atualização anual pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
10	Outras contas a pagar x Outros custos operacionais - Aluguel de imóvel - Eletrosul x ETAU	R\$6 Valor anual contratual não corrigido	Mar/2009 a Mar/2016 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M.	Não houve.	Não houve.
11	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Outros serviços - Eletrosul x ETAU	R\$17 Parcela única	Mês de Nov/2014	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não Houve.	Serviço referente a supervisão e controle do gerador diesel na subestação Barra Grande-SC ao sistema supervisor SAGE.
12	Outras contas a pagar x despesa/custo correspondente - Reembolso de despesas Brasnorte x ETAU (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	As transações foram realizadas e liquidadas no exercício de 2015.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo, e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
1	Taesa x ETAU – Back office	58	56	706	671
2	Taesa x ETAU - Serviços de engenharia	66	-	466	-
3	Taesa x ETAU - Reembolso de despesas	-	8	-	-
4	CEEE GT x ETAU – Transmissão de dados	182	-	185	-
5	CEEE GT x ETAU – O&M	-	293	2.142	2.015
6	CEEE GT x ETAU - CCI	-	-	29	17
7	Eletrosul x ETAU – O&M	-	-	740	787
8	Eletrosul x ETAU - Comunicação multimídia	9	-	111	90
9	Eletrosul x ETAU - CCI	-	-	14	13
10	Eletrosul x ETAU – Aluguel de imóvel	-	-	9	9
11	Eletrosul x ETAU – Outros serviços	-	-	76	-
		<b>315</b>	<b>357</b>	<b>4.478</b>	<b>3.602</b>

d) Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente aos exercícios de 2015 e 2014:

- Diretoria: remuneração fixa.
- Conselho de Administração: não há remuneração.

Valores pagos pela Companhia à Diretoria referente aos exercícios de 2015 e 2014:

	Diretoria	
	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Remuneração	158	174

## 12. Empréstimos e financiamentos e debêntures

### Abertura do endividamento

#### 12.1 Empréstimos

Data de assinatura/ emissão	Captação				Encargos financeiros anuais	Parcelas a Vencer
	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final		
15/02/2006	Sub A	8.529	8.529	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a.	25
	Sub C	1.022	1.022	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a.	
	Sub B	51.720	51.720	15/01/2018	TJLP + 4% a.a.	
	Sub D	6.197	6.197	15/01/2018	TJLP + 4% a.a.	

Movimentação dos empréstimos e financiamentos					
Financiador	Saldo em 31/12/2014 (Não auditado)	Juros e variação monetária	Juros pagos	Amortização de principal	Saldo em 31/12/2015
Mensurados ao custo amortizado - moeda nacional					
BNDES-FINAME	22.290	3.624	(1.825)	(7.568)	16.521
<b>Circulante</b>	<b>7.286</b>				<b>7.965</b>
<b>Não circulante</b>	<b>15.004</b>				<b>8.556</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Moeda Nacional									
BNDES-Empréstimo	67	7.898	8.556	16.521	15/01/2016	Mensal	15/01/2016	Mensal	SAC
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>7.898</b>	<b>8.556</b>	<b>16.521</b>					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo prazo	2017	2018	2019	2021	2022+	Total
BNDES - Empréstimo	7.898	658	-	-	-	8.556
<b>Total das dívidas</b>	<b>7.898</b>	<b>658</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.556</b>

### Cláusulas Restritivas

Manter durante o período de amortização o Índice de Cobertura da Dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes; a periodicidade do cálculo do ICD é anual.

Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma conta centralizadora ("Receita") aberta para tal fim.

Constituir em favor do BNDES "Conta Reserva do Serviço da Dívida" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, a soma das três últimas prestações do serviço da dívida da Companhia com o BNDES, incluindo principal, juros e demais acessórios, e "Conta Reserva de O&M" com recursos equivalentes a, no mínimo, a soma dos três últimos meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção. A movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.

Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar, tampouco gravar e/ou por qualquer forma negociar as receitas vinculadas sem prévio e exposto consentimento do BNDES.

Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que essas garantias sejam oferecidas ao BNDES.

Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas.

Não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES.

Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

### Garantias

100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE-GT e DME.

Direitos da concessão ETAU.

Recebíveis de concessão ETAU.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia estava adimplente junto ao BNDES.

## 12.2 Debêntures

Financiador	Movimentação de debêntures					
	31/12/2014 (Não auditado)	Captação/Custos	Juros incorridos/ custos (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2015
BNP Paribas (1ª emissão)	10.021	-	1.401	(1.366)	-	10.056
<b>Circulante</b>	<b>83</b>					<b>104</b>
<b>Não circulante</b>	<b>9.938</b>					<b>9.952</b>

(\*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a amortização dos custos de captação com debêntures foi de R\$16 (R\$1 em 31 de dezembro de 2014).

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência a pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Moeda Nacional									
BNP Paribas-Debêntures	104	-	9.952	10.056	01/06/2016	Semestral	01/12/2019	No final do contrato	No final do contrato
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>-</b>	<b>9.952</b>	<b>10.056</b>					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo prazo	2017	2018	2019	2021	2022+	Total
BNP Paribas - Debêntures	-	-	10.000	-	-	10.000
Custos das debêntures	(16)	(16)	(16)			(48)
<b>Total das dívidas</b>	<b>(16)</b>	<b>(16)</b>	<b>9.984</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.952</b>

Características das debêntures	
Data da emissão	1º de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.
Convertibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	5 anos (1º de dezembro de 2019).
Remuneração	108% do CDI.
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último será realizado em 1º de dezembro de 2019.
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.

### Cláusulas Restritivas

Não cumprimento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures. Em caso de descumprimento, este deve ser sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo descumprimento;

Estar inadimplente de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$10.000 ou seu equivalente em outra moeda;

Realizar operações de fusão, cisão, incorporação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, exceto por (i) determinação legal, ou por requerimento de órgãos reguladores e entidades com as quais a Emissora mantenha relação; ou (ii) se a Emissora mantiver a condução ordinária de seus negócios bem como sua situação econômico-financeira, cumprindo integralmente com suas obrigações contratuais pré-existentes;

Decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$10.000 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;

Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, observado o disposto na legislação pertinente;

Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora exercida pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para outra sociedade que seja controladora, controlada ou coligada, direta ou indiretamente, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.;

Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$10.000 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro;

Alteração do estatuto social da Emissora que implique (i) na concessão de direito de retirada aos

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

acionistas da Emissora; e/ou (ii) na alteração do objeto social da Emissora que modifique a área de atuação da Emissora;

Cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;

Caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

Término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora, que represente uma redução de 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendia às cláusulas restritivas ("covenants") e estava adimplente junto ao banco BNP Paribas.

### 12.3 Abertura dos ativos financeiros

<b>Caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e outros investimentos, e títulos e valores mobiliários</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 (Não auditado)</b>
Caixa e bancos	2.216	2.132
CDBs, operações compromissadas e debêntures	2.109	2.727
Letras financeiras - bancos privados	2.932	-
Títulos públicos	1.387	-
Outros	1	-
Depósitos vinculados e outros investimentos	3.440	3.103
	<b>12.085</b>	<b>7.962</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.280</b>	<b>4.859</b>
<b>Depósitos vinculados e outros investimentos</b>	<b>3.440</b>	<b>3.103</b>
<b>Títulos e valores mobiliários – circulante</b>	<b>5.253</b>	<b>-</b>
<b>Títulos e valores mobiliários – não circulante</b>	<b>112</b>	<b>-</b>

### 12.4 Composição do endividamento e dívida líquida

<b>Resumo</b>	<b>Juros CP</b>	<b>Principal CP</b>	<b>Principal + Juros LP</b>	<b>Total 2015</b>	<b>Total 2014 (Não auditado)</b>
<i>Dívida Bruta</i>					
Financiamentos e debêntures / Empréstimo Moeda Nacional	187	7.882	18.508	26.577	32.311
<i>Ativos Financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos				(12.085)	(7.962)
<b>Dívida Líquida</b>				<b>14.492</b>	<b>24.349</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**13. Taxas regulamentares**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
Pesquisa e desenvolvimento (FNDCT, MME e projetos de P&D) (a)	795	1.280
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE (b)	13	11
Reserva global de reversão - RGR (c)	87	74
	<b>895</b>	<b>1.365</b>

- (a) No exercício de 2015, a Companhia desembolsou R\$619 referente a projetos de P&D (R\$180 no exercício de 2014), registrados no ativo circulante na rubrica "Outras contas a receber.
- (b) O valor referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016, foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 2.099, de 1º de julho de 2015. O valor referente ao período de julho de 2014 a junho de 2015, foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 3.788, de 19 de setembro de 2014.
- (c) O valor referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 3.369, de 07 de outubro de 2015. O valor referente ao período de julho de 2014 a junho de 2015 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 1.906, de 23 de junho de 2014.

**14. Provisões**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, não constituiu nenhuma provisão por não ser parte em nenhuma causa com perda classificada como provável.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, existiam outros processos avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco possível de perda, no montante de R\$144, sendo R\$14 referente a contingências cíveis e R\$130 a contingências tributárias (R\$14 em 31 de dezembro de 2014, sendo o montante total referente a contingências cíveis), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Outros assuntos relevantes

ICMS sobre prestação de serviços - A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e outra relativa ao Estado de destino. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos externos entendem que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica não se refere ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus assessores jurídicos externos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária perante a ANEEL.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**15. Imposto de renda e contribuição social**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 (Não auditado)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(5.088)</b>	<b>(1.782)</b>

Correntes - a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

<b>Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>31/12/2015</b>		<b>31/12/2014 (Não auditado)</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Receita bruta	37.374	37.374	35.470	35.470
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	1.240	1.240	1.641	1.641
	<b>38.614</b>	<b>38.614</b>	<b>37.111</b>	<b>37.111</b>
Percentual	32%	32%	8%	12%
	<b>12.356</b>	<b>12.356</b>	<b>2.969</b>	<b>4.453</b>
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	2.063	2.063	1.411	1.411
Variações monetárias	614	614	539	539
	<b>2.677</b>	<b>2.677</b>	<b>1.950</b>	<b>1.950</b>
Base de cálculo	15.033	15.033	4.919	6.403
Imposto de renda - 15%	2.255	-	738	-
Adicional de imposto de renda - 10%	1.480	-	468	-
Contribuição social - 9%	-	1.353	-	576
Total de despesa	3.735	1.353	1.206	576
Total de IRPJ e CSLL		<b>5.088</b>		<b>1.782</b>

**16. Patrimônio líquido**

**Capital Social**

Capital social - em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social totalmente integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação.

<b>Composição acionária (*)</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias integralizadas</b>	<b>Capital integralizado (%)</b>
Taesa	18.349.309	52,5838
Eletrosul	9.566.983	27,4162
DME	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000
<b>Total</b>	<b>34.895.364</b>	<b>100,0000</b>

(\*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Reserva de lucros

a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido societário apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Outras reservas de lucros (reserva especial) - constituídas com todo ou parte remanescente do lucro apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil com a finalidade de: (i) Compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável ou estimável; e (ii) Utilização futura em conformidade com o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral. O aludido orçamento é aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Lucros (prejuízos) acumulados

O saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações regulatórias.

Além da destinação do lucro do exercício de 2015, em 31 de dezembro de 2015 a Administração decidiu destinar parte da reserva especial de lucros, no valor de R\$553, na distribuição de dividendos adicionais propostos.

Em 08 de abril de 2015, a AGO da Companhia ratificou destinação do lucro do exercício societário de 2014, no valor de R\$14.659, e a destinação de parte da reserva especial de lucros, no valor de R\$740, como dividendos adicionais.

**17. Pessoal e Administradores**

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b> <b>(Não auditado)</b>
Remuneração	(30)	(4)
Encargos	(11)	(1)
Outros benefícios - Corrente	(17)	(2)
	<b>(58)</b>	<b>(7)</b>

**18. Dividendos a pagar**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
Dividendos a pagar à Taesa	492	74
Dividendos a pagar à Eletrosul	257	39
Dividendos a pagar à DME	94	14
Dividendos a pagar à CEEE - GT	94	14
	<b>937</b>	<b>141</b>

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2015, os dividendos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante no valor de R\$197, que somados aos dividendos adicionais de R\$740, propostos em 2014 e não pagos, constituem um saldo em aberto de R\$937 (R\$141 em 31 de dezembro de 2014).

Em 08 de abril de 2015, os dividendos adicionais propostos foram transferidos para o passivo circulante como dividendos a pagar.

Pagamento de dividendos - em 29 de dezembro de 2015, a Companhia pagou o montante de R\$14.060 referentes aos dividendos obrigatórios (R\$141) e parte dos adicionais propostos no exercício de 2014 (R\$13.919).

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Pagamento de dividendos - em 11 de dezembro de 2014, a Companhia pagou, a título de dividendos, o montante de R\$28.070, sendo R\$21.027 referentes ao resultado do exercício de 2013 e R\$7.043 referentes a destinação da reserva especial de lucros.

## **19. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O". A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>LMI (a)</b>	<b>Danos Materiais - Valor em risco</b>	<b>Prêmio</b>
Responsabilidade Civil Geral - RCG	TOKYO Marine	19/09/15 a 19/09/16	10.000	-	3
Risco Operacional - RO	TOKYO Marine	19/10/15 a 19/10/16	-	13.026	19
D&O	LIBERTY SEGUROS	18/09/15 a 18/09/16	15.000	-	27

(a) LMI - Limite máximo de indenização.

## **20. Instrumentos financeiros**

### **20.1. Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração incluindo o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados.

### **20.2. Gestão do risco de capital**

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados e outros investimentos.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**20.3. Categorias de instrumentos financeiros**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
<b>Ativos financeiros</b>		
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>		
- Caixa e equivalentes de caixa	3.280	4.859
- Títulos e valores Mobiliários	5.250	-
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
- Depósitos vinculados e outros investimentos	3.440	3.103
- Clientes	3.831	4.543
<i>Mantidos até o vencimento</i>		
- Títulos e valores mobiliários	115	-
	<b>15.916</b>	<b>12.505</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	562	167
- Empréstimos e financiamentos	16.521	22.290
- Debêntures	10.056	10.021
	<b>27.139</b>	<b>32.478</b>

**20.4. Risco de mercado**

A Companhia tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros e câmbio.

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

**20.5. Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$4.417 equivalentes a 16,62% de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio. Uma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar de forma negativa o resultado da Companhia.

**20.6. Gestão do risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**20.7. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros**

As análises de sensibilidade apresentadas foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	<b>Taxa anual acumulada até 31/12/2015</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A (deterioração de 25%)</b>	<b>Cenário B (deterioração de 50%)</b>
CDI (i)	13,24%	13,75%	17,19%	20,63%
URTJ (ii)	7,00%	7,50%	9,38%	11,25%
PTAX - Dólar (i)	3,9048	4,4000	5,5000	6,6000

- (i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 22 janeiro de 2016.  
(ii) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no "site" do BNDES, obtida no dia 22 de janeiro de 2016.

<b>Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos</b> <b>Risco: alta da taxa</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2015 - aumento (redução)</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados e outros investimentos - CDI</i>	9.869	50	390	729
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Empréstimos e financiamentos e debêntures</i>				
- TJLP	12.104	(61)	(287)	(514)
- UMBNDES (cesta de moedas) (*)	4.417	(560)	(1.804)	(3.049)
- CDI	10.120	(52)	(400)	(747)
		<b>(623)</b>	<b>(2.101)</b>	<b>(3.581)</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2015 o dólar representava 99,33% da cesta de moedas BNDES, sendo assim a taxa utilizada para cálculo dos cenários prováveis foi a PTAX - Dólar.

**20.8. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

### **20.9. Gestão do risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

<b>Empréstimos, financiamentos e Debêntures</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Pós-fixada	788	1.553	8.081	22.322	<b>32.744</b>

### **20.10. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

**20.11. Valor justo dos instrumentos financeiros**

	Nota	31/12/2015		31/12/2014 (Não auditado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.280	3.280	4.859	4.859
Títulos e valores mobiliários	5	5.365	5.365	-	-
Depósitos vinculados e outros investimentos	6	3.440	3.440	3.103	3.103
Clientes	7	3.831	3.831	4.543	4.543
		<b>15.916</b>	<b>15.916</b>	<b>12.505</b>	<b>12.505</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores		562	562	167	167
Empréstimos e financiamentos	12	16.521	16.521	22.290	22.290
Debêntures	12	10.056	10.056	10.021	10.021
		<b>27.139</b>	<b>27.139</b>	<b>32.478</b>	<b>32.478</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **Hierarquia do valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos pela Companhia a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2, conforme detalhado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia entende que os valores justos dos demais instrumentos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

### **21. Lucro por ação**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
Lucro do exercício	17.125	21.008
Quantidade de ações ordinárias	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária - básico	0,4908	0,6020
Lucro por ação ordinária - diluído	0,4908	0,6020

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

### **22. Receita líquida**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
Disponibilização do sistema de transmissão	33.053	31.211
Parcela variável e outras receitas	4.321	4.259
Receita bruta (*)	37.374	35.470
PIS e COFINS	(1.408)	(1.355)
Encargos setoriais - Cota para RGR, P&D e Taxa de Fiscalização	(1.450)	(1.167)
Tributos e encargos	(2.858)	(2.522)
Receita líquida	<b>34.516</b>	<b>32.948</b>

(\*) Refere-se à Receita operacional bruta para fins tributáveis de IRPJ e CSLL.

### **23. Informações sobre a natureza de custos e despesas**

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dos principais custos e despesas são apresentadas a seguir:

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Custos com serviços de terceiros: referem-se basicamente aos custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Custos com depreciação e amortização: referem-se basicamente às depreciações e amortizações dos imobilizados e intangíveis em serviço, respectivamente.

Despesas com serviços de terceiros: referem-se basicamente as despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

#### **24. Receitas (despesas) financeiras**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Não auditado)</b>
Renda de aplicação financeira	2.063	1.365
Receitas financeiras	<u>2.063</u>	<u>1.365</u>
Juros e variações monetárias líquidas:		
- Empréstimos e financiamentos	(3.624)	(2.709)
- Debêntures	(1.401)	(100)
Outras despesas financeiras, líquidas	(180)	(210)
Despesas financeiras	<u>(5.205)</u>	<u>(3.019)</u>
	<b><u>(3.142)</u></b>	<b><u>(1.654)</u></b>

#### **25. Compromissos assumidos**

Operação e manutenção dos ativos - parte das atividades é realizada pela CEEE-GT e parte pela Eletrosul.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, construído com base em uma política ambiental única para todas as Concessões da Companhia, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental da Companhia, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados.

A seguir quadro detalhado da licença ambiental expedida à Companhia:

<b>Trecho</b>	<b>Licença de Operação nº</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Data de vencimento</b>
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se finalizados, baseados nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, cujos estágios estão apresentados a seguir:

FUNAI - em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento da Licença de Operação nº 452/2005. Nesse termo, intitulado Termo de Compromisso, cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Kaingang. Em 31 de dezembro de 2013, foram encerradas todas as atividades estipuladas no referido Termo. O Termo de Quitação foi emitido em 21 de dezembro de 2015.

Reposição Florestal da ETAU com a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS - foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para conseqüente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. Estima-se que a aquisição do terreno e sua conseqüente doação sejam concluídas até o término do exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o saldo provisionado na rubrica "Outras contas a pagar" no passivo circulante para essa compensação ambiental era R\$1.480.

**26. Outras Informações**

Contrato para implementação do reforço na subestação Lagoa Vermelha II - No dia 26 de outubro de 2015 a Companhia celebrou um contrato com a ENERGO POWER, na modalidade Lump Sum Turnkey, cujo objeto é o fornecimento de todos os bens, equipamentos, materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do 2º banco de autotransformadores da subestação de Lagoa Vermelha II.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**27. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão:

	Nota explicativa	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
<b>Ativos</b>							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		3.280	-	3.280	4.859	-	4.859
Títulos e valores mobiliários		5.253	-	5.253	-	-	-
Clientes		3.586	-	3.586	4.344	-	4.344
Ativo financeiro	(i)	-	23.032	23.032	-	21.461	21.461
Impostos e contribuições sociais		143	-	143	61	-	61
Outras contas a receber		375	-	375	974	-	974
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>12.637</b>	<b>23.032</b>	<b>35.669</b>	<b>10.238</b>	<b>21.461</b>	<b>31.699</b>
<i>Ativos não circulantes</i>							
Títulos e valores mobiliários		112	-	112	-	-	-
Depósitos vinculados e outros investimentos		3.440	-	3.440	3.103	-	3.103
Depósitos judiciais		371	-	371	466	-	466
Clientes		245	-	245	199	-	199
Ativo financeiro	(i)	-	106.769	106.769	-	106.118	106.118
Imobilizado	(iv)	87.388	(87.388)	-	89.542	(89.542)	-
Intangível	(iv)	1.682	(1.682)	-	857	(857)	-
Outras contas a receber		70	-	70	76	-	76
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>93.308</b>	<b>17.699</b>	<b>111.007</b>	<b>94.243</b>	<b>15.719</b>	<b>109.962</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>105.945</b>	<b>40.731</b>	<b>146.676</b>	<b>104.481</b>	<b>37.180</b>	<b>141.661</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**Balanco Patrimonial**

	Nota explicativa	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
<b>Passivos</b>							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		562	-	562	167	-	167
Empréstimos e financiamentos		7.965	-	7.965	7.286	-	7.286
Debêntures		104	-	104	83	-	83
Impostos e contribuições sociais		3.458	-	3.458	447	-	447
Taxas regulamentares		895	-	895	1.365	-	1.365
Dividendos a pagar		937	-	937	141	-	141
Outras contas a pagar		1.816	-	1.816	1.853	-	1.853
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>15.737</b>	<b>-</b>	<b>15.737</b>	<b>11.342</b>	<b>-</b>	<b>11.342</b>
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		8.556	-	8.556	15.004	-	15.004
Debêntures		9.952	-	9.952	9.938	-	9.938
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	15.270	15.270	-	14.925	14.925
Tributos diferidos	(iii)	-	4.470	4.470	-	4.405	4.405
Outras contas a pagar		2.832	-	2.832	1.598	-	1.598
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>21.340</b>	<b>19.740</b>	<b>41.080</b>	<b>26.540</b>	<b>19.330</b>	<b>45.870</b>
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Reserva de lucros		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Dividendos adicionais propostos		20.069	-	20.069	14.659	-	14.659
Prejuízos acumulados	(v)	(20.991)	20.991	-	(17.850)	17.850	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>68.868</b>	<b>20.991</b>	<b>89.859</b>	<b>66.599</b>	<b>17.850</b>	<b>84.449</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>105.945</b>	<b>40.731</b>	<b>146.676</b>	<b>104.481</b>	<b>37.180</b>	<b>141.661</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**Demonstração do Resultado do Exercício**

	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		33.053	(33.053)	-	31.211	(31.211)	-
Operação e manutenção		-	9.961	9.961	-	9.406	9.406
Construção e indenização		-	1.593	1.593	-	-	-
Remuneração do ativo financeiro		-	23.721	23.721	-	21.873	21.873
Parcela variável e outras receitas		4.321	-	4.321	4.259	-	4.259
<b>Receita bruta</b>	<b>(vi)</b>	<b>37.374</b>	<b>2.222</b>	<b>39.596</b>	<b>35.470</b>	<b>68</b>	<b>35.538</b>
PIS e COFINS	<b>(vii)</b>	(1.408)	(66)	(1.474)	(1.355)	18	(1.337)
Quota para RGR, P&D, TFSEE e PROINFA		(1.450)	-	(1.450)	(1.167)	-	(1.167)
Tributos e encargos		<b>(2.858)</b>	<b>(66)</b>	<b>(2.924)</b>	<b>(2.522)</b>	<b>18</b>	<b>(2.504)</b>
<b>Receita líquida</b>		<b>34.516</b>	<b>2.156</b>	<b>36.672</b>	<b>32.948</b>	<b>86</b>	<b>33.034</b>
Material		(27)	(2.259)	(2.286)	(4)	(68)	(72)
Serviços de terceiros		(4.064)	-	(4.064)	(3.425)	-	(3.425)
Depreciação e amortização		(3.588)	3.588	-	(3.591)	3.591	-
Outros custos operacionais		72	-	72	(181)	-	(181)
<b>Custos operacionais</b>	<b>(viii)</b>	<b>(7.607)</b>	<b>1.329</b>	<b>(6.278)</b>	<b>(7.201)</b>	<b>3.523</b>	<b>(3.678)</b>
Administradores		(58)	-	(58)	(7)	-	(7)
Serviços de terceiros		(1.430)	-	(1.430)	(1.168)	-	(1.168)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(66)	-	(66)	(128)	-	(128)
Despesas operacionais		(1.554)	-	(1.554)	(1.303)	-	(1.303)
<b>Resultado da atividade</b>		<b>25.355</b>	<b>3.485</b>	<b>28.840</b>	<b>24.444</b>	<b>3.609</b>	<b>28.053</b>
Receitas financeiras		2.063	-	2.063	1.365	-	1.365
Despesas financeiras		(5.205)	-	(5.205)	(3.019)	-	(3.019)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(3.142)	-	(3.142)	(1.654)	-	(1.654)
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>22.213</b>	<b>3.485</b>	<b>25.698</b>	<b>22.790</b>	<b>3.609</b>	<b>26.399</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>(ix)</b>	(5.088)	(344)	(5.432)	(1.782)	(9.818)	(11.600)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>(x)</b>	<b>17.125</b>	<b>3.141</b>	<b>20.266</b>	<b>21.008</b>	<b>(6.209)</b>	<b>14.799</b>
<b>Lucro por ação</b>							
Lucro por ação ordinária-básico	<b>(xi)</b>	0,4908	0,0900	0,5808	0,6020	(0,1779)	0,4241
Lucro por ação ordinária-diluído	<b>(xi)</b>	0,4908	0,0900	0,5808	0,6020	(0,1779)	0,4241

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**(i) Ativo financeiro**

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

**(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IRPJ e CSLL diferidos.

**(iii) Tributos diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais oriundos da aplicação desta interpretação no caso o Pis e Cofins diferidos.

**(iv) Imobilizado e Intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais oriundos da aplicação desta interpretação.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela ICPC 01 (R1); e
- que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**(v) Patrimônio líquido**

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

<b>Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b> <b>(Não auditado)</b>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>89.859</b>	<b>84.449</b>
Ativo financeiro (ICPC 01)	(129.801)	(127.579)
Imobilizado, intangível e investimentos (ICPC 01)	89.070	90.399
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01)	15.270	14.925
Tributos diferidos (ICPC 01)	4.470	4.405
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>68.868</b>	<b>66.599</b>

**(vi) Receita bruta**

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) desconsiderados.

**(vii) Tributos e encargos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

**(viii) Custos operacionais**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatório, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, ao IRPJ e CSLL diferidos.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**(x) Lucro do exercício**

<b>Conciliação do lucro societário e regulatório</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b> <b>(Não auditado)</b>
<b>Lucro do exercício societário</b>	<b>20.266</b>	<b>14.799</b>
Receita bruta (ICPC 01)	(2.222)	(68)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01)	66	(18)
Depreciação e amortização (ICPC 01)	(3.588)	(3.591)
Custos operacionais - Materiais (ICPC 01)	2.259	68
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01)	344	9.818
<b>Lucro do exercício regulatório</b>	<b>17.125</b>	<b>21.008</b>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

\* \* \* \* \*